

Análise | Demora na escolha de diretores das agências reguladoras indica pesado jogo de barganhas políticas¹

Nivalde de Castro²

A crise financeira internacional, iniciada com o default da dívida externa do México em 1982, provocou uma mudança estrutural no financiamento dos setores econômicos de infraestrutura em vários países e, inclusive, no Brasil. Até então, eram grandes empresas estatais responsáveis, em sua maioria, pelos investimentos em infraestrutura com financiamento externo.

A crise internacional quebrou esse mecanismo, provocando déficits no balanço de pagamento, em razão do endividamento externo, e uma explosão inflacionária, o que resultou na “década perdida” do crescimento econômico.

Para superar aquele cenário, o governo brasileiro, por meio de um novo arcabouço legal a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciou gradativamente a privatização das empresas estatais federais e estaduais, atraindo grandes grupos nacionais e internacionais para assumirem a responsabilidade dos investimentos nos setores de infraestrutura.

Corpo técnico das agências reguladoras, como a Aneel, é selecionado através de concursos públicos muito competitivos, constituindo-se em uma carreira exemplar do funcionalismo público Foto: Michel Jesus/Aneel

De forma geral, esses setores apresentam duas características econômicas: (i) a exigência de volumes intensivos de capital com longo prazo de maturação; e (ii) se não regulados, os agentes econômicos atuantes nesses setores podem fixar preços elevados.

¹ Artigo publicado no Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/demora-escolha-diretores-agencias-reguladoras-jogo-barganhas-politicas/> Acesso em: 16.05.2025

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador geral do GESEL - Grupo de Estudos do Setor Elétrico.

Nestes termos, foram criadas as agências reguladoras, como instituições de Estado e não de governo, com atribuições e funções específicas para regular e fiscalizar setores específicos da economia, inclusive aqueles de infraestrutura.

O Brasil se espelhou na experiência internacional para estabelecer um quadro normativo qualificado e fundamentado na teoria da escola institucionalista, que busca, na essência, garantir tarifas módicas aos consumidores e atrair investimentos privados nos setores de infraestrutura com a saída do Estado destes setores.

Como instituições de Estado, o corpo técnico das agências reguladoras, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), é selecionado por meio de concursos públicos muito competitivos, constituindo-se em uma carreira exemplar do funcionalismo público.

No caso em particular da Aneel, sua atuação regulatória é subordinada a leis e decretos específicos, que determinam um rito de aprovação de resoluções, cujo ponto de partida é a instauração de consultas públicas, nas quais qualquer integrante da sociedade pode realizar contribuições, que são analisadas e sistematizadas pelo corpo técnico.

Em seguida, as propostas de resoluções, cujo diretor relator escolhido por sorteio, são deliberadas em reuniões plenárias da diretoria abertas à sociedade. No caso da Aneel, essas reuniões são transmitidas pela internet, dando, assim, a devida e qualificada transparência às suas decisões.

Os diretores, por sua vez, têm outro rito de escolha. O Poder Executivo encaminha os nomes dos candidatos ao Senado Federal e são sabatinados pela Comissão de Infraestrutura. Em caso de aprovação, os nomes seguem para deliberação do plenário da Casa.

Ao contrário da seleção do corpo técnico, a escolha dos diretores das agências reguladoras está sujeita a dois riscos extremos, relacionados às decisões sob suas responsabilidades: por um lado, podem ser cooptados pelos agentes econômicos e, por outro, pelo poder político que os indicam.

Atualmente, o risco maior é a cooptação pelo Poder Legislativo, dada a fragilidade política do governo de coalizção, cuja base política tem demonstrado muito pouca fidelidade. Prova disto é que o governo Lula encaminhou ao Senado a indicação de 17 nomes para a diretoria de nove agências reguladoras e ainda assim existem vagas que não foram preenchidas e indicações pendentes de sabatina. A demora nessas decisões indica um pesado jogo de barganhas políticas.

Neste contexto político, a probabilidade de serem aprovados nomes de pouca qualificação técnica e muito comprometimento político para a diretoria de

agências reguladoras pode comprometer seriamente investimentos de players econômicos atuantes no país, uma vez que as decisões de diretores podem contrariar os relatórios do corpo técnico, criando insegurança jurídica.

Este é o problema que a Presidência da República enfrenta na indicação dos novos diretores das agências reguladoras, que têm um papel estratégico para garantir investimentos nos setores de infraestrutura.